

Esquerdas já aceitam troca pelos 6 anos

Sob o argumento de que a adoção do parlamentarismo é mais importante do que o problema da duração do governo José Sarney, até mesmo a ala esquerda do PMDB está disposta a aceitar, na Comissão de Sistematização da Constituinte, o mandato presidencial de seis anos, conforme foi estabelecido pelo pacote de abril de 1977.

Na Assembléia Constituinte, aliás, muitos congressistas achavam que todas as manobras executadas pelo governo Sarney visavam precisamente à conquista desse objetivo.

Na véspera da entrega do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, porém, o presidente Sarney dissera a um constituinte que não podia aceitar o mandato de seis anos, para não se desmoralizar, nem para desmoralizar o novo sistema de governo.

Lembrou ele, na oportunidade, haver-se manifestado, logo que se empossou, em favor do mandato presidencial de quatro anos, conforme compromisso expresso da Aliança Democrática. No início de maio último, contudo, Sarney declarou, em rede nacional de televisão, que "ficaria no Governo por cinco anos".

JBR P-3

ANC 27-9-87

ANC 88
Pasta 26 a 30
Setembro/87
050

Mobilização

Além disso, o Presidente, nos últimos dias, resolveu mobilizar todos os ministros de Estado para salvar o presidencialismo, com mandato de cinco anos. Alguns constituintes o advertiram, porém, de que dificilmente conseguiria impor essas duas teses, sobretudo a segunda, relativa à duração de seu Governo.

Em princípio, por esses motivos, os presidencialistas deverão marcar posição contra o parlamentarismo, insistindo no mandato de cinco anos. Assim agindo, esse grupo majoritariamente pertencente ao PFL, ao PDT e ao PT vai procurar explorar a incoerência política do PMDB, que chefiou a campanha das diretas-já em 1984 e não aceitou, na ocasião, o pleito direto pedido pelo ex-presidente Figueiredo, para 1988.

A exceção de um pequeno grupo de peemedebistas propensos a deixar o partido para engajar-se em nova sigla partidária mais progressista, a maior parte do PMDB, segundo os observadores, parece mesmo temer um confronto eleitoral com as oposições, em 1988 ou 1989.

Podere

O presidente Sarney teria aproveitado tal circunstância para manter-se no Governo com plenos poderes, até fevereiro de 89, quando o parlamentarismo começará a funcionar de fato. Nesse ano e no seguinte, uma vez que serão mantidos os atuais ministros militares, de confiança de Sarney, os poderes presidenciais só ficarão reduzidos em aparência.

Há quem abra um crédito de confiança ao Presidente e duvide que Sarney concorde em ficar no Governo os seis anos. Mas, para a maioria dos parlamentaristas, isso não é problema. No caso de vacância do cargo, na segunda parte do mandato presidencial, seu substituto será eleito pelo Congresso, o que ajudará a superar eventuais escrúpulos cointinuistas do Presidente, dada a inutilidade de qualquer gesto de renúncia.

Duas preocupações, embora não colocadas de modo expresso, eram admitidas, nas conversas reservadas da maioria parlamentarista. Primeira: como o povo brasileiro vai aceitar a idéia da preservação do mandato de Sarney por seis anos e, segunda, em consequência desse fato, como os brasileiros reagirão diante de uma nova Constituição antidireta-já, na qual depositavam tantas esperanças. Resumidamente: embora os parlamentaristas achassem que tinham afastado o risco da candidatura Leonel Brizola, no íntimo todos temiam que tal afastamento fizesse crescer ainda mais o prestígio popular do ex-governador do Rio de Janeiro, face à impopularidade do presidente Sarney e pelos desgastes que a Assembléia Nacional Constituinte, fatalmente sofrerá, agora, com a mudança do sistema de governo, sem aprovação plebiscitária. (Rubem Azevedo Lima).